



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

ACESSO COMO CAMINHO DE INCLUSÃO: UM ESTUDO NO PROEJA DO IFFLUMINENSE/RJ

JOSEMARA HENRIQUE DA SILVA PESSANHA

GERSON TAVARES DO CARMO

JULIANA ALVARENGA NUNES

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO Este artigo trata das formas de acesso escolar dos estudantes do PROEJA no IFFluminense. A pesquisa insere-se no âmbito do projeto *Diagnóstico da qualidade de ensino no PROEJA: um estudo na Região Norte e Noroeste Fluminense com foco nos aspectos formativos e metodológicos* (Edital n.49/12–Observatório da Educação/CAPES). Utilizou-se a metodologia qualitativa por meio da análise documental dos editais de acesso e entrevistas com gestores dos cursos Técnico em Eletrônica e Técnico em Meio Ambiente. A análise apontou para mudanças significativas, do ponto de vista da inclusão, que ocorreram nos processos seletivos a partir de 2012. Entretanto, os dados encontrados sinalizaram para uma necessidade de reavaliação dos procedimentos internos adotados pela instituição, no sentido de desenvolver ações para correlacionar, de forma perene, o acesso com a permanência escolar. **Palavras-chaves:** Acesso; Direito à educação; PROEJA.

ABSTRACT This article treats by the forms of the access school by the PROEJA's students on IFFluminense. The research falls within the scope of the project *Diagnosis of teaching's quality in PROEJA: a study in the North and Northwest Fluminense focused on training and methodological aspects* (Notice N.49 / 12- Education's Observatory / CAPES). We used qualitative methodology through documentary analysis by access notices and interviews with managers of Electronics and Technician Environment's technical courses. The analysis pointed to significant changes from the

point of view of inclusion that occurred in the selection process from 2012. However, our data signaled for a need of reassessment of the internal procedures adopted by the institution in order to develop actions to correlate, by a perennial way, access close to the school stay. **Keywords:** Access; Right to Education; PROEJA.

DA PESQUISA E DO LUGAR DE INVESTIGAÇÃO

Este artigo é um dos estudos organizados no âmbito do grupo de pesquisa do Programa Observatório da Educação (OBEDUC), aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), edital nº 049/2012, cuja pesquisa-mãe intitula-se *Diagnóstico da qualidade de ensino no PROEJA: um estudo na Região Norte e Noroeste Fluminense com foco nos aspectos formativos e metodológicos*.

A referida pesquisa situa-se na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e vincula-se à elaboração de um diagnóstico da qualidade da oferta dessa modalidade, na sua versão integrada à Educação Profissional (PROEJA), na região norte e noroeste fluminense. Além disso, busca focalizar o acesso, a permanência e outras dimensões da qualidade do ensino, inclusive com intervenções em sala de aula no PROEJA e proposições de estratégias pedagógicas e experiências inovadoras interdisciplinares. O grupo de pesquisa OBEDUC conta com a participação de professor coordenador; professores colaboradores; voluntários e bolsistas, sendo estes últimos: alunos de graduação, mestrado, doutorado e professores da Educação Básica.

Na Região Norte e Noroeste Fluminense, o PROEJA é ofertado apenas pelos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), sobre o qual discorreremos nesta introdução.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgem como uma política pública, cujo formato envolve uma nova institucionalidade. Para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais têm um papel social que assume uma singular identidade que representa “[...] uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade” (BRASIL, 2008, p. 19).

Conforme informativo no portal do Ministério da Educação (MEC)[1], a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) alcançou todos os estados brasileiros. Além da criação de 38 Institutos Federais, conta também com dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

O investimento federal na educação profissional e tecnológica ganhou visibilidade a partir do Governo Luiz

Inácio Lula da Silva (2003-2010), com a instalação de 214 novas unidades, e no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), chegou ao total de 422 novas unidades escolares visando ampliar a oferta de vagas e fortalecer a Rede Federal.

Os Institutos Federais passam a assumir, junto à sociedade, novos compromissos no sentido de atender a diversidade e estreitar laços com o território para construir práticas, envolvimento e participações do coletivo, valorizando aspectos locais e regionais de maneira mais democrática (BRASIL, 2008, p. 22).

No engajamento desta ação política, o PROEJA se apresenta integrante desta proposta ofertada pelos IFs. O Decreto n. 5840/2006 já indicava o atendimento a este público da EJA que historicamente não vinha sendo atendido de maneira equitativa pelas políticas educacionais e passa a ter o seu lugar “reservado” ou, pelo menos, deveria ocupá-lo em especial nos IFs, pois o direito à educação de jovens e adultos estava garantido em lei.

Considerando as especificidades da política do PROEJA, o acesso às vagas disponibilizadas precisaria ser analisado e observado pelas instituições que aderiram essa oferta pública, tendo em vista que o próprio Documento Base do PROEJA já delineia as concepções e princípios a serem apreciados e orienta as ações institucionais como um todo.

Historicamente, o sistema de acesso/ingresso aos cursos ofertados pelas Instituições da Rede Federal (Escolas Técnicas Federais, CEFETs e atualmente IFs) adotou o mecanismo de acesso via aplicação de provas objetivas de múltipla escolha nos processos seletivos, provocando altas taxas de seletividade social (COUTINHO, 2010). Entretanto, experiências de ações afirmativas inclusivas foram sendo adotadas por algumas instituições da RFEPT, com o objetivo de minimizar as desigualdades e processos de exclusão em curso. Tais ações afirmativas também tiveram como propósito fortalecer a democratização do acesso e culminaram com a aprovação da Lei de cotas (n. 12.711/2012) que garante um quantitativo de 50% das vagas destinado a estudantes oriundos de escolas públicas para ingresso em Universidades e Institutos Federais.

O PROEJA NO IFFLUMINENSE *CAMPUS* CAMPOS GUARUS

O PROEJA no IFFluminense *campus* Campos Guarus iniciou sua primeira turma em fevereiro de 2007. Naquele período, o referido *campus* ainda denominado Unidade de Ensino Descentralizada de Guarus (UNED Guarus)[2], fazia parte do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET Campos) que, posteriormente, se tornou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Pode-se dizer que o PROEJA surge juntamente com o projeto da UNED Guarus. As primeiras aulas do ano letivo de 2007 ocorreram no antigo CEFET-Campos, perdurando durante 06 meses, quando, em 16 de agosto do mesmo ano, o atual *campus* Campos Guarus é inaugurado oficialmente e a turma em

andamento é remanejada para o recém criado *campus*.

Com a determinação do Decreto n. 5.840/2006 que obrigou os Institutos Federais a implantarem o PROEJA, reservando o mínimo de 10% de suas vagas para a oferta de cursos nesta modalidade de ensino, o então *campus* Campos Guarus optou por oferecer o curso Técnico em Eletrônica. Já no ano seguinte, em 2008, ampliou sua oferta de vagas, ofertando outro curso, o Técnico em Meio Ambiente, sendo ambos oferecidos na jornada noturna.

Há de se destacar que os tipos de cursos oferecidos no PROEJA também foram oferecidos nas modalidades de ensino médio integrado para as turmas do diurno. Portanto, o que se põe em xeque nesse contexto são as condições operacionais de trabalho, como: o quadro de servidores, aspectos da infraestrutura e proposta pedagógica para dar conta de realidades distintas. No caso da proposta do PROEJA, esta envolve especificidades, a formulação de um plano de curso singular é crucial para atender as necessidades de todos os envolvidos na ação, dialogando com o universo profissional, mundo do trabalho e compreensão ampliada da vida social (BRASIL, 2007, p. 36).

No formato atual, as Coordenações dos Cursos Técnico em Eletrônica e Técnico em Meio Ambiente abarcam as demandas inerentes aos cursos tanto do PROEJA, quanto do Ensino Médio Integrado Diurno, e do Ensino Subsequente Pós-Médio em Meio Ambiente.

Cabe aos coordenadores de curso estabelecer diálogos com a comunidade escolar que possibilite determinada “articulação e a operacionalização de todo o processo pedagógico”[3], estabelecendo uma rede de relações com a equipe gestora, com demais servidores envolvidos e com os estudantes para o êxito dos encaminhamentos propostos.

De certa forma, essa ação fica comprometida no atendimento as necessidades e interesses oriundos dos estudantes, pois, nestas coordenações, além de não haver um suporte pedagógico diretamente voltado para encaminhamentos das demandas específicas, existe um grande volume de trabalho que se apresenta no cotidiano escolar do *campus*.

Sobre esse assunto, a servidora G., entrevistada por ter atuado na Coordenação do PROEJA, no período de 2012 a 2014, afirma que as necessidades dos alunos do noturno são completamente diferentes dos alunos do diurno. Para ela, os estudantes do PROEJA buscam um suporte de atenção humana.

Eles precisam ter uma referência, [...] Pelo público que a gente já conhece, eles não precisam de muito não, às vezes conversar um pouco com eles já ameniza. E só você dar uma força, você ouvir um pouco. Por que é um público diferenciado, eles têm mais idade, são mais velhos, tem outras vivências, tem trabalho, tem família, e eles vem aqui com expectativas. Eles precisam ser acompanhados

nessa defasagem que apresentam. Então, isso requer atenção, cuidado, às vezes tem coisas básicas que a escola oferece para o diurno e no período noturno não é contemplado, por que não tem ninguém pra dar essa atenção. Os coordenadores de cursos também não têm condições de ficar toda noite, por que eles atendem três turnos, então pelo que entendo, está se pensando numa equipe ou um servidor que irá fazer esse trabalho (Entrevistada G. Junho/2014).

Segundo a servidora G, o atendimento ao público do PROEJA requer dedicação e tempo para o acolhimento aos estudantes que procuram os profissionais no dia a dia. Os coordenadores de curso, em geral, se esforçam para realizar um atendimento compatível com as necessidades dos educandos. Entretanto, como se colocou na fala da entrevistada, os alunos ficam a margem de determinado tipo de atenção por falta de uma equipe própria ou pela falta de estabelecimento de diálogo dentro da própria instituição.

A partir do ano letivo de 2016, com a recém-criada Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), foi possível uma atuação mais próxima do aluno do PROEJA, desde seu ingresso na instituição. Algumas ações já foram realizadas, inclusive foi feita uma abordagem em cada turma para apresentar a nova configuração do setor que compõe a DDE. A atual diretoria conta com a Coordenação de Atendimento ao Educando (CAE) e com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNEE) e presta atendimento aos estudantes com os seguintes profissionais: assistentes sociais, psicólogo, nutricionista, pedagogo e intérprete de libras. Com essa configuração, o setor apresenta uma equipe multidisciplinar auxiliando as coordenações de curso.

Para a entrevistada R., o papel das coordenações de curso é muito importante, pois reforça a necessidade do acolhimento e da promoção do incentivo àqueles que ficaram anos fora da escola e apresentam necessidades específicas para se manterem na instituição.

A vida deles não é uma vida de adolescente. A vida deles é carregada... do marido que bebe, do filho que é doente, então nós sabemos que o ser humano não é uma parte, agora é o meu cognitivo que está aqui e o meu emocional ficou em casa, nós sabemos que não é assim. Então, não tem que ter uma coordenação especial, pois eles não precisam ser tratados como pessoas com deficiência, mas eles precisam se sentir apoiados e motivados. Eles precisam de alguém que apóie esse coordenador do curso (Entrevistada R. Julho/2015).

A mesma entrevistada pontua que a discussão sobre as questões do PROEJA precisa acontecer conjuntamente com as discussões dos cursos regulares, pois, apesar de suas particularidades, o PROEJA não precisa ser discriminado. Entretanto, para que o trabalho seja de qualidade, a entrevistada expõe a

necessidade do apoio pedagógico.

Esse coordenador de curso precisa de um apoio pedagógico, por que ele está lidando com diversidades. Ele não pode dar conta sozinho de todas as diferenças. Eu defendo que o PROEJA esteja dentro da coordenação do curso, e o coordenador precisa de um suporte pedagógico, psicossocial, pois ele precisa de um servidor que tenha o olhar para as necessidades desse grupo, que precisa ser tratado de uma outra forma que não é da mesma forma do menino. [...] A psicologia do desenvolvimento prova que o indivíduo que está no curso regular e tem 14 e 15 anos e está cursando o ensino médio, comparando com uma pessoa que tem 30 anos, eles não estão na mesma fase de desenvolvimento. Não tem a mesma forma de aprender, são outras estratégias. Então, não podemos oferecer o mesmo tipo de escola, de aula [...] (Entrevistada R. Julho/2015).

Alguns encaminhamentos são realizados juntos aos setores do *campus*, especialmente com os servidores envolvidos na Direção de Ensino e com profissionais da Coordenação de Atendimento ao Educando. Quando necessário, os coordenadores de curso realizam reuniões com os professores para encontrar soluções a respeito dos limites encontrados no cotidiano de sala de aula. Com relação às mudanças no currículo e formato do curso estes não foram efetivamente concretizadas. No curso Técnico em Eletrônica, as alterações no calendário acadêmico devido à greve de servidores ocorrida nos últimos dois anos prejudicaram o andamento para as mudanças, segundo o Coordenador do curso. No que diz respeito ao curso Técnico em Meio Ambiente, a Coordenação de curso realizou mudanças no currículo e no curso (conteúdos programáticos) que serão aplicadas no ano letivo de 2016.

Nesse sentido a questão do acesso implica assumir o PROEJA em toda sua dimensão requer uma nova postura institucional para arcar com os desafios que são colocados, vislumbrando assumir suas condicionalidades, como: a organização do currículo integrado, a preparação do corpo docente para atuar no PROEJA, as propostas pedagógicas e metodológicas, as ações de assistência estudantil que se atentam para a permanência e o aprendizado com êxito, melhoria na infraestrutura dos cursos, etc.

O PERCURSO INCLUSIVO DO ACESSO AO PROEJA NO IFFLUMINENSE CAMPUS CAMPOS GUARUS

A quebra de paradigmas presente no contexto escolar é o primeiro passo para avançarmos no atendimento àqueles que buscam o direito à educação como aprendizagem ao longo da vida. De acordo com Lemos (2010, p. 129):

[...] os paradigmas universalistas que camuflam a exclusão e impedem a equidade,

precisam ser substituídos por outros que abarquem concepções com base em princípios realmente inclusivos revelados não apenas nos discursos e sim no cotidiano das práxis educativas que vão desde a proposição de formas de ingresso com equidade, até a permanência e conclusão de todos. Cabe à instituição federal que oferece os cursos do PROEJA disponibilizar a oferta de vagas na forma de “edital público, podendo a seleção ser realizada por meio de processo seletivo simplificado, sorteio, entrevistas ou a combinação de vários instrumentos seletivos ou outros meios que a escola venha a adotar, considerando-se, imprescindivelmente, a condição de democratização do acesso” (BRASIL, 2007, p. 59).

Quadro 1 – Quadro descritivo sobre os Processos Seletivos para as vagas nos cursos do PROEJA – IFFluminense *campus* Campos Guarus – período: 2007 a 2014

Ano	Cursos PROEJA	Vagas	Forma de seleção
2007	Eletrônica	40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-escola). Prova com 40 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (10); Matemática (08); Física, química e biologia (12); História e geografia (10).
2008	Eletrônica Meio ambiente	40-40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-escola). Prova com 40 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (10); Matemática (08); Física, química e biologia (12); História e geografia (10).
2009	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-escola). Prova com 40 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (10); Matemática (08); Física, química e biologia (12); História e geografia (10).
2010	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-escola). Prova com 40 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (10); Matemática (08); Física, química e biologia (12); História e geografia (10).
2011	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-escola). Prova com 40 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (10); Matemática (08); Física, química e biologia (12); História e geografia (10).
2012	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Pagamento de inscrição – valor R\$ 12,00 (Isenção para candidatos que recebiam bolsa-família). 1ª etapa: Prova com 30 questões objetivas. Área de conhecimentos exigidos na prova: Língua portuguesa (15); Matemática (15). 2ª etapa: Entrevista individual – valor: 20. Será feita análise da situação familiar do candidato, renda <i>per capita</i> e histórico escolar. Foram convocados para 2ª etapa, 3 vezes o número de vagas

			oferecidas para cada curso.
2013	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Foi realizada a seleção dos candidatos por meio do preenchimento do questionário de caracterização socioprofissional acompanhado de produção orientada de texto, com caráter classificatório.
2014	Eletrônica Meio ambiente	35-40	Foi realizada a seleção dos candidatos que seguiram as seguintes etapas: 1- Inscrição; 2- Preenchimento do questionário de caracterização socioprofissional; 3- Participação em evento de apresentação do PROEJA; 4- Entrega do questionário preenchido com a documentação comprobatória exigida em edital.

Fonte: síntese dos editais do processo seletivo 2007-2014. Elaboração própria.

Conforme aponta o Documento Base (2007) do PROEJA, as exigências para ingresso (inscrição e matrícula) de interessados nos cursos desta natureza são: “a) ter Ensino Fundamental (EF) concluído e b) ter idade compatível com a definida no projeto e em conformidade com a legislação sobre EJA (Parecer CNE/CEB n. 11/2000 e Resolução CNE/CEB n. 01/2000)” (BRASIL, 2007, p. 59), ou seja, maior de 18 anos.

Assim sendo, estas foram as exigências estabelecidas nos editais públicos de ingresso do IFFluminense, durante o período já citado. No ano letivo de 2013, diferentemente de anos anteriores foi acrescentada a possibilidade de inscrição de interessados que tinham “obtido certificado de conclusão com base no resultado do ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino” (Editais n. 130/2012, 127/2013, IFFluminense).

Na elaboração dos editais de 2008 e 2009, foi incluído nas exigências para ingresso aos cursos do PROEJA, que os candidatos que concluíram o Ensino Médio, somente seriam matriculados nos cursos, mesmo passando pela seleção por meio de prova, se a respectiva conclusão tivesse ocorrido há mais de 5 (cinco) anos. Acredita-se que esta foi uma medida adotada no período, visando a priorizar aqueles jovens e adultos trabalhadores oriundos principalmente do EF.

No período compreendido de 2007 a 2011, os processos seletivos foram organizados nos mesmos “moldes” adotados para os cursos técnicos regulares diurnos[4]. O sistema meritocrático se estabeleceu no período citado como parâmetro para ingresso no PROEJA. Na opinião de Lemos (2010, p. 111), esse critério não é compatível com o princípio da equidade, pois: “não prioriza formas de acesso cujos critérios atendam as diversidades e sejam inclusivos, ao contrário, perpetua-se um modelo que promove a seleção daqueles que comprovaram exclusivamente pela prova objetiva de conhecimentos relativos ao EF [...]”.

Coutinho (2012, p. 14) corrobora essa análise, pois, em sua pesquisa, identificou que o modelo padrão adotado pelo processo seletivo meritocrático, “[...] não dialoga com o saber do aluno trabalhador, e por hipótese pode-se considerar, que tende a excluir os sujeitos da EJA que, comumente têm como característica a descontinuidade dos estudos no EF”.

A equidade enquanto fundamento para a garantia do direito ao acesso aos cursos relativos ao PROEJA precisa “[...] ter contornos diferenciados e precisa estar revelada por meio de critérios que subvertam algumas regras que atendem apenas a uma parcela da sociedade e não a todos com igual qualidade” (LEMOS, 2010, p.79).

Contudo, a autora apresenta o termo “equidade” com certa incongruência, relacionando ao termo “igualdade”. Segundo Lemos (2010, p. 79-80):

[...] a ideia de equidade, entendida como igualdade de oportunidades, por meio da garantia de direitos, numa sociedade onde estão presentes grandes desigualdades sociais, parece não ser suficiente para amenizar a situação dos desfavorecidos socialmente. Neste sentido, se a sociedade apresenta graves diferenças sociais, proporcionar oportunidades iguais a todos é manter a diferença.

Os trâmites tradicionais de seleção que historicamente foram utilizados por meio de prova com questões objetivas de múltipla escolha, referentes às grandes áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia), foram medidas adotadas no PROEJA que, num primeiro momento, não se atentaram para o seu público-alvo.

A partir do aprofundamento dos princípios filosóficos e teórico-metodológicos que orientam as práticas acadêmicas no IFFluminense, o movimento de mudança no processo seletivo para acesso aos cursos do PROEJA começa a acontecer a partir do edital do ano letivo de 2012 (explicitado no Quadro 2). Mesmo persistindo a seleção com a prova tradicional, acrescentaram-se as entrevistas individuais com os candidatos buscando analisar sua situação familiar, renda *per capita* e histórico escolar.

A Diretoria do Departamento de Tecnologias Sociais e EJA composta na Reitoria do IFFluminense construiu a Regulamentação do acesso aos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de Educação de jovens e adultos naquele ano, um documento norteador das ações nos *campi* do Instituto.

Na regulamentação estava previsto que as entrevistas individuais comporiam a segunda etapa do processo seletivo de 2012, conforme descrito no edital n. 32/2011. O Art. 8º da referida Regulamentação previa que “cada *campus* deverá constituir uma equipe de profissionais para a realização das entrevistas, com a presença obrigatória de representante do Serviço Social”. Neste processo, foi montado um agendamento com os profissionais da Coordenação de Atendimento ao Educando (CAE) – Assistente social, Psicólogo e Pedagogo – com Técnicos de Assuntos Educacionais e Técnicos Administrativos para realização das entrevistas e conferência dos documentos exigidos em edital para pontuação e classificação. O objetivo da etapa das entrevistas (peso 20 pontos) foi identificar aqueles candidatos que classificados na prova objetiva[5], se enquadravam nos seguintes critérios:

Quadro 2 – Critérios para classificação na entrevista no processo seletivo – ano letivo 2012 – IFFluminense

<i>campus</i> Campos Guarus	
CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
FILHOS menores de 18 anos	
Sim	2
Não	0
SITUAÇÃO DE TRABALHO	
Desempregado	5
Trabalho informal	4
Trabalho formal	3
Não trabalho e meus gastos são custeados	1
RENDA <i>PER CAPITA</i> FAMILIAR	
Não tem renda <i>per capita</i> familiar	5
< 01 salário mínimo	4
01 salário mínimo	3
De 02 a 03 salários mínimos	1
GRAU DE ESCOLARIDADE	
Somente Ensino Fundamental	5
ESCOLA DE ORIGEM	
Curso Fundamental totalmente cursado em escola pública de EJA	2
Curso Fundamental cursado, no mínimo, 50% em escola pública de EJA	1,5
Curso Fundamental totalmente cursado em escola pública	1
Curso Fundamental cursado, no mínimo, 50% em escola pública	0,5
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	
Sim	1
Não	0

Fonte: síntese da regulamentação do acesso aos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de Educação de jovens e adultos – IFFluminense – 2011/2012. Elaboração própria.

Observamos no Quadro 3, que a proposta reformulada de ingresso aos cursos passa a considerar e priorizar candidatos que tenham filhos menores de 18 anos, desempregados, sem renda familiar ou com baixa renda, oriundos do ensino fundamental, sendo preferencialmente da rede pública na modalidade EJA, e beneficiários de programas sociais.

Os ajustes promovidos para o ano de 2012 avançaram relativamente na tentativa de se buscar atender o público-foco previsto no PROEJA, considerando as características de jovens e adultos já presentes na EJA, na hipótese de alcançar uma “[...] política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente negados” (ARROYO, 2011, p. 29). Para a servidora R entrevistada na pesquisa, sua percepção a respeito da mudança no processo seletivo de entrada em 2012 foi de que:

[...] teve-se um avanço em 2011, ele já foi um movimento interessante, mas ele

não conseguiu romper com a prova. Não conseguiu mergulhar na questão da inclusão. Ele tentou fazer a meia, por que é isso mesmo, é a questão do paradigma. [...] Só que assim... um processo a gente só consegue avaliar na medida que ele acontece e que ele produz resultado. Então, eles tiveram um esforço muito interessante, eu achei muito importante (Entrevistada R./Junho-2015).

As dificuldades encontradas nesse primeiro momento de mudança no processo seletivo de 2012 foi o comparecimento dos candidatos para as entrevistas logo após a divulgação do resultado classificatório das provas objetivas. Houve um alto índice de faltosos, o que implicou a divulgação de um novo edital para as vagas remanescentes.

Quanto às ações afirmativas presentes nos processos seletivos realizados no período de 2007 a 2011 (discriminados no Quadro 1), foi possível identificar que buscou-se beneficiar aqueles candidatos trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada comprovada, como também aqueles candidatos residentes à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, priorizando os moradores do Distrito de Guarus[6].

No caso do IFFluminense, nos editais de 2007 a 2011, descritos no Quadro 2, as ações afirmativas são incompletas. Segundo Lemos (2010, p. 115) essas ações:

[...] não são equitativas, na medida em que não garante o acesso democrático de todos os trabalhadores e nem é um critério para todos os jovens e adultos, e sim para aqueles que trabalham no mercado formal. Aqueles que estão no trabalho informal são autônomos ou estão temporariamente desempregados, ficam aliados desse critério que se pretende inclusivos.

Em 2012, a Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Emancipatórias e Inclusão Social (DDPEIS) é criada no âmbito da reitoria do IFFluminense com o objetivo de promover, dentre outras atividades, diálogos e ações com vistas à democratização do acesso da classe trabalhadora à profissionalização e construção de mecanismos que promovam a oferta e percurso de formação para o trabalhador. Com a corresponsabilidade pelo processo seletivo, em 2013, a DDPEIS realizou uma revisão no edital que compunha os critérios de ingresso de modo a torná-los mais acessíveis ao público da EJA. Foi excluída a seleção por intermédio de prova e utilizaram-se dois instrumentos para análise do perfil dos candidatos: 1) O preenchimento do questionário de caracterização socioprofissional; e 2) A produção orientada de texto, com caráter classificatório.

As adequações e o desenho das ações afirmativas nos processos de seleção para os cursos do PROEJA no IFFluminense, a partir de 2013, foram importantes visando a incluir aquele público alvo pretendido pela política que, “[...] agora por força da Lei n. 12.711/2012, [...] precisam ser implementadas para cumprir o

papel social para o qual foram instituídas” (WANDROSKI; COLEN, 2014, p. 178).

O preenchimento do questionário de caracterização socioprofissional tinha como peso 60% da avaliação, com o intuito de analisar o perfil do candidato nos seguintes aspectos: dados pessoais, escolaridade, vida profissional e situação familiar. Já o instrumento de produção orientada de texto, cujo valor era de 40% de pontuação da avaliação, tinha como objetivo analisar prioritariamente a realidade social e história de vida do candidato, além de sua experiência ou interesse na área pretendida. Os critérios estabelecidos para análise dos questionários estavam previstos no Art. 27 do Edital n. 130/2012, descritos no Quadro 3:

Quadro 3 – Critérios para o estudo do questionário socioprofissional do processo seletivo para o PROEJA –

campus Campos Guarus – Ano letivo 2013

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO				
Idade (no dia do preenchimento do questionário)	18 a 23 anos	24 a 30 anos	31 a 41 anos	42 a 50 anos	Acima de 50 anos
	7 pontos	12 pontos	15 pontos	10 pontos	5 pontos
Forma de ensino e tipo de escola em que concluiu o Ensino Fundamental	Ensino Regular		Ensino de EJA privado	Ensino de EJA público	Exames Supletivos
	5 pontos		10 pontos	15 pontos	
Tempo em que está afastado da escola	Menos de ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos
	5 pontos	7 pontos	10 pontos	12 pontos	15 pontos
Renda Familiar per capita incluindo valores relativos à bolsas sociais (salário mínimo R\$ 622,00)	Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 4 salários mínimos	Mais de 4 salários mínimos
	15 pontos	12 pontos	10 pontos	7 pontos	5 pontos
Produção orientada de texto	40 pontos				

Fonte: síntese do edital n. 130/2012. Elaboração própria.

Observa-se que os candidatos oriundos de ensino público da EJA e de Exames Supletivos, com idade entre 31 e 41 anos, há mais de 10 anos afastados da escola e com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo foram elencados como perfil prioritário adotado para serem contemplados entre as vagas, uma vez que o somatório total desses quesitos chegava a 60 pontos. Isso não significa que os candidatos aprovados tinham exatamente esse perfil, mas foram critérios utilizados naquele momento.

Até o processo seletivo do ano letivo de 2012, os interessados a se candidatar às vagas pagaram a taxa de inscrição ou solicitavam isenção da taxa nos casos em que ele comprovasse que era beneficiário do Programa Bolsa Família/Bolsa Escola. A partir de 2013, as inscrições passaram a ser gratuitas, constituindo-se numa das mudanças encaminhada pela DDPEIS à Comissão do Processo Seletivo.

As dificuldades encontradas nesse processo de 2013 ocorreram após a data de aplicação dos questionários, quando vários dos candidatos não apresentaram os documentos comprobatórios para o estudo analítico das informações, impedindo que a equipe incumbida de analisar os documentos pudesse concluir corretamente sua pontuação nos quesitos necessários para classificação do resultado do processo seletivo. Antes da confirmação da matrícula, os candidatos aprovados deveriam participar de uma palestra sobre o PROEJA.

O processo seletivo de 2014 também sofreu alteração. O sistema de cotas se manteve, destinando 50% das vagas para candidatos oriundos de escola pública, assim como a cota racial e social previstas em lei. Mas, os critérios avaliados no questionário socioprofissional priorizaram, além da faixa etária, a forma de ensino e tipo de escola de conclusão do Ensino Fundamental e a renda familiar; incluindo dois indicadores: egressos de cursos de qualificação básica e situação referente ao trabalho; e excluindo o indicador: tempo de afastamento da escola, conforme processo anterior (Quadro 4).

Quadro 4 – Critérios para o estudo do questionário socioprofissional do processo seletivo para o PROEJA – *campus* Campos Guarus – Ano letivo 2014

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO				
Idade (no dia do preenchimento do questionário)	18 a 23 anos	24 a 30 anos	31 a 41 anos	42 a 50 anos	Acima de 50 anos
	8 pontos	15 pontos	20 pontos	12 pontos	5 pontos
Forma de ensino e tipo de escola em que concluiu o Ensino Fundamental	Ensino Regular		Ensino de EJA privado	Ensino de EJA público	Exames Supletivos
	10 pontos		15 pontos	20 pontos	
Egressos dos Cursos de Qualificação Básica (PRONATEC, Mulheres Mil ou CERTIFIC)	Cursos em áreas e eixos afins		Cursos em áreas e eixos não afins		
	20 pontos		10 pontos		
Renda Familiar per capita incluindo valores relativos à bolsas sociais (salário mínimo R\$ 622,00)	Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 4 salários mínimos	Mais de 4 salários mínimos
	20 pontos	15 pontos	12 pontos	8 pontos	5 pontos
Situação em relação ao trabalho	Trabalho formal	Trabalho informal	Desempregado	Em reabilitação	Aposentado
	8 pontos	12 pontos	20 pontos	15 pontos	5 pontos

Fonte: síntese do edital n. 127/2013. Elaboração própria.

Os candidatos, no processo seletivo de 2014, tiveram que realizar uma inscrição presencial para retirada do questionário socioprofissional no *campus* e, após preenchê-lo, deveria comparecer ao evento de apresentação do PROEJA com os documentos comprobatórios em envelope. Os candidatos também

poderiam fazer a inscrição *online*, desde que imprimissem o questionário, preenchessem e organizassem os documentos, conforme previsto no edital. A intenção dos gestores foi simplificar o processo para que aqueles que realmente tinham interesse pelos cursos ofertados, pudessem comparecer ao evento que consistiu numa palestra informativa a respeito do PROEJA. Ao final do evento, após os esclarecimentos gerais a respeito do funcionamento institucional e dos cursos oferecidos, o candidato estaria munido de informações para tomada de decisão pela sua inscrição. **Exercício de síntese**

Os movimentos de mudanças ocorridos nos processos seletivos do IFFluminense de certa forma ocorreram com o objetivo de promover a possibilidade de acesso à educação profissional daqueles grupos sociais em condições desfavoráveis e/ou condições socioeconômicas comprometidas, buscando resgatá-los para ingresso no PROEJA. De acordo com a proposta da DDPEIS, as estratégias pautavam-se em favorecer a democratização do acesso à formação profissional com qualidade.

A análise apontou para mudanças significativas, do ponto de vista da inclusão, que ocorreram nos processos seletivos a partir de 2012. Entretanto, os dados encontrados sinalizaram para uma necessidade de reavaliação dos procedimentos internos adotados pela instituição, no sentido de desenvolver ações para correlacionar, de forma perene, o acesso com a permanência escolar.

Na esteira desse estudo, no início de 2016, foram levantados 34 editais para ingresso em cursos do PROEJA dos IFs da maioria dos estados brasileiros, de forma a ampliar a discussão sobre a inclusão do acesso articulada com políticas de permanência, advindas da Nota Informativa nº 138/2015/CETEC/MEC que informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes em referência à Nota Técnica nº 282/CETEC/MEC de 9 de julho de 2015.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: *Diálogos na educação de jovens e adultos*. 4. ed. Autêntica editora: Belo Horizonte, 2011. p. 19-52.

_____. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 27, n. 1, 2011. p. 83-94.

BRASIL. MEC. *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA*. Documento Base, 2007.

_____. MEC/SETEC. *Concepção e Diretrizes*: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia.

Brasília: MEC/SETEC, 2008.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Trajetória escolar dos alunos do proeja no CEFET-MG e as possibilidades de inclusão social. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. 3., 2012.

Anais...

Disponível em:

<[http://](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-07/GT07-006.pdf)

[www.](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-07/GT07-006.pdf)

[senept.cefetmg.br](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-07/GT07-006.pdf)

[/galerias/Anais_2012/GT-07/GT07-006.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-07/GT07-006.pdf)

>.

Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. *Inovações socioeducacionais e o processo seletivo dos cursos técnicos integrados do CEFET-MG*. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) - Curso de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário UNA, 2010.

LEMON, Suely Fernandes Coelho. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): um estudo sobre o acesso à formação profissional*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

WANDROSKI, Silvana Francescon; COLEN, Fernanda Ruschel Cremonese. As ações afirmativas para ingresso de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. *O Social em Questão* - Ano XVII, n. 32, p. 165-182, 2014.

[1] PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. [2] IFFluminense – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. [3]

Disponível em:

<[http://](http://institufederal.mec.gov.br)

institufederal.mec.gov.br

[/](http://institufederal.mec.gov.br)>.

Acesso em: 24 abr. 2016. [4] A autorização para funcionamento da UNED Guarus foi instituída pela Portaria Ministerial n.º 1.971, de 18 de dezembro de 2006. [5] Portaria n. 763, de 12 de novembro de 2013 que delimita as Atribuições dos Coordenadores de Curso, no âmbito do IFFluminense. [6] Prova com questões objetivas de múltipla escolha. [7] Foram convocados para entrevista, três vezes o número de vagas ofertadas de cada curso do PROEJA. [8] Este critério foi adotado na perspectiva de atender

prioritariamente os moradores residentes na circunvizinhança e arredores do *campus* Campos Guarus, pois a criação do *campus* nesta localidade tem relação com a possibilidade de atendimento a população daquela região/distrito.

*Autora - Mestra em Políticas Sociais Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), especialista em PROEJA (IFFluminense) e Assistente Social do IFFluminense. Integrante do projeto “Diagnóstico da Qualidade do Ensino do Proeja: região Norte e Noroeste Fluminense (OBEDUC/CAPES)” e do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE). Apoio: CAPES. josihs@gmail.com

∴

** Orientador e coautor 1 - Professor Associado da UENF no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL), atua no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PGCL) e Políticas Sociais (PGPS). Líder do projeto “Diagnóstico da Qualidade do Ensino do Proeja: região norte e noroeste fluminense (OBEDUC/CAPES)” e vice-líder do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE). Apoio: CAPES. gtavares33@yahoo.com.br

∴

*** Coautora 2 - Graduanda em Pedagogia (UENF), Bolsista de Iniciação Científica e integrante do grupo de pesquisa Líder do projeto “Diagnóstico da Qualidade do Ensino do Proeja: região norte e noroeste fluminense (OBEDUC/CAPES)”. Apoio: CAPES. julianabuenf@gmail.com

∴

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: